

AMBIENTE URBANO E CIDADANIA DA URBE¹

Nuno Andrade Santos
Sociólogo

As cidades e o desenvolvimento do urbanismo moderno

O urbanismo, na actualidade, constitui-se como um modo de pensar e agir do e no ambiente urbano.

A cidade tradicional era rodeada por muralhas e o centro constituía-se como lugar de poderes, as ruas - agora símbolo do domínio público - eram faixas onde ninguém ainda tinha construído, a “ida para o emprego” era desconhecida, existia interligação entre o local de trabalho e de residência. A divisão campo-cidade era pronunciada, a cidade tinha pouca influência nas áreas rurais, até porque, pouca população vivia em espaços, agora considerados, urbanos.

Actualmente todas as sociedades industriais são fortemente urbanizadas, tendo-se constituído, em muitos casos, extensas conurbações urbanas, produto dos processos de suburbanização e periurbanização. A urbanização no século XX é um processo global, as populações urbanas crescem a um ritmo superior à população mundial.

Do desenvolvimento das teorias do urbanismo e da sociologia urbana podemos observar um processo de construção teórica, interpretativo, que passa pela visão ecológica e do urbanismo enquanto modo de vida da escola de Chicago², às teorias do urbanismo e meio ambiente (urbano) criado e, por fim, da cidade global. O estudo da cidade percorre as noções de organismo vivo, de existência social competitiva reflectida nas formas de ocupação do território, da cidade como parte integral e produto dos processos de consumo colectivo, estimulando múltiplos movimentos sociais, através da tensão e do conflito.

No período após segunda guerra mundial verificaram-se, nos E.U.A e mais tarde na Europa, processos de suburbanização. Nesse período, a expansão do subúrbio –que significa “sob o controlo da cidade”- deveu-se a melhores condições de habitabilidade, à melhoria da oferta escolar, e estabilidade das amenidades (vizinhança e segurança), processo iniciado pelas classes mais prósperas, seguidas, bem mais tarde, pelas minorias. A deslocação dos grupos mais prósperos para fora das cidades implica perda de receitas e, pior ainda, decadência dos centros das cidades. Desenvolveu-se um ciclo de deterioração, no qual mais os subúrbios se expandem maiores são os problemas dos centros urbanos – como a pobreza, antagonismos étnicos, criminalidade e insegurança -, podendo desencadear uma sociedade barricada de autodefesa, marcada por rápida erosão das liberdades civis.

Autores como Logan e Moloch ao discutir as modalidades de ligação entre áreas urbanas e um sistema internacional de relações económicas, distinguiram cinco tipos

¹ Publicado na revista *Espaço Público* nº1, Cooperativa de Comunicação e Cultura, Torres Vedras, Abril de 2006

² Autores como Park, Hawley e Wirth.

emergentes de cidade: cidade centro de inovação; cidade local da produção modelar; cidade entreposto do terceiro mundo; cidade centro de retiro; cidade sede.

Nos nossos dias a economia global caracteriza-se pela elevada dispersão, concentrando-se a gestão em poucos centros de decisão. As maiores cidades – cidade global, de Sashia Sassen - que são à muito centros de comércio tradicional, apresentam características novas: transformação em centros de decisão e direcção da economia global, onde se encontram as firmas financeiras e de serviços especializados; são os principais centros de produção dos sectores financeiros e de actividades em expansão recente; são mercados onde os produtos dos sectores financeiro e de serviços são comprados, vendidos ou submetidos a outras operações. São contextos de produção, os serviços e bens financeiros são as “coisas” que a cidade global faz. A cidade global tem o seu lado sombrio, a riqueza e a pobreza vivem lado a lado.

Ambiente Urbano, Património e Espaço Público

O controlo do território esteve sempre na base do poder económico e político, não sendo de estranhar que em torno dos direitos de apropriação e utilização dos espaços se movam interesses diversos e se configurem ideologias para legitimar poderes e influências³.

O Ordenamento territorial tem tido como base três noções: Ambiente, património e espaço público. Conceitos de partida, meios para atingir fins.

As cidades têm estado envolvidas, quase sempre assumindo papel determinante, no processo de mudanças socio-económicas e culturais das últimas duas décadas. Verificam-se, actualmente, processos genéricos de requalificação social e espacial. O facto de adjectivarmos esses processos de “social” e “espacial” significa uma importante mudança, neste caso, ao nível socio-político, sinal que aquela dupla condição parece estar, hoje, suficientemente assumida. O contexto da globalização coloca questões ligadas à competitividade económica e territorial, neste sentido as cidades passaram a assumir um papel cada vez mais determinante através das novas funções e protagonismos.

Criar e fazer a cidade é uma constante reinvenção. Implica reformular conceitos estratégicos, que orientem um ordenamento territorial implicado no desenvolvimento efectivo das condições sociais.

O **ambiente urbano**, á semelhança da cidade região do Prof. Arq. Gonçalo Ribeiro Teles, é uma problemática com uma formulação recente, do início dos anos noventa, com a publicação e aprovação do “Livro Verde do Ambiente Urbano”, pelo Conselho de Ministros do Ambiente da U.E., em 1991. A qualidade ambiental das cidades continua a ser avaliada a partir de múltiplos indicadores que permitem avaliar a qualidade ambiental da cidade, insuficientes contudo, para caracterizar globalmente, a qualidade do ambiente da cidade, ou seja, a qualificação do ambiente urbano.

Deste modo, percebe-se que o ambiente urbano se distinga, decisivamente, do ambiente da cidade. Trata de distinções analíticas, com impactes ambientais e urbanos diferenciados, na medida que o ambiente urbano procura ter uma visão transversal e

³ Sidónio Pardal, *Ideologias e Interesses na Apropriação do Território*, in Conferência “AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, Vendas Novas, 7 e 8 de Abril de 2005.

integrada dos problemas ambientais da cidade. A qualidade do meio urbano aparece, hoje, indissociável de vectores fundamentais: ambiente urbano e qualidade de vida, tomados, no que é, o sentido mais compreensivo e estruturante da avaliação qualitativa.

A qualidade de vida urbana não se restringe à satisfação das necessidades básicas, de natureza económica, social e cultural. Pondera o grau de satisfação daquelas necessidades, com a própria avaliação qualitativa das condições de exercício da “vida urbana”, em termos de cidadania. Continua a ser fundamental conhecer as condições de existência, tipos, graus de conservação e degradação, entre outros índices, tratando-se de medições quantitativas, e de uma equivalente avaliação qualitativa.

O ambiente urbano articula-se com o património da cidade, isto é, com o património urbano, enquanto elementos constitutivos da história, da cultura e da identidade desses territórios específicos.

Existe, pois, uma mudança qualitativa na passagem do ambiente da cidade para a noção de ambiente urbano, a qual atravessa diversas dimensões da questão urbana, resultante da urbanidade das cidades e da progressiva insustentabilidade ambiental.

A noção de ambiente urbano é demais relevante num quadro de actuação e resistência potenciadora aos malefícios da urbanização global hegemónica, que implica, para além da ocupação extensiva e abusiva do território, o determinar de um aumento das desigualdades e discriminação espacial. Tanto mais, numa concepção de cidade em construção, as noções de património e ambiente urbano vieram introduzir uma profunda inovação urbana. Ambos participam na memória da cidade. O que está em causa é a própria avaliação da qualidade de vida da e na cidade.

Para Choay a noção de **património urbano** histórico constitui-se contra corrente do processo de urbanização dominante, sendo a resultante de uma dialéctica entre a história e a historicidade, isto é, uma dialéctica entre um passado citadino – necessariamente histórico- e uma urbanidade do presente – cultural -, num processo de reinvenção do respectivo património urbano. Do sublinhar desta dupla determinante, histórica e cultural, da condição humana, podemos tipificar “três figuras”, abordagens da cidade antiga: memorial – a cidade é representada à semelhança do papel memorial do monumento, que realiza o poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo. É historicamente limitada. Histórica – sublinhado o papel pedagógico do estudo da cidade antiga, através da sua morfologia, demonstrando-se a beleza da cidade enquanto representação museológica. A cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como objecto raro, frágil, precioso para a arte e história, colocada fora do circuito de vida, pelo que perde a sua própria historicidade. Historial – síntese e superação das anteriores, confere aos conjuntos urbanos antigos, um valor de uso e um museológico, sublinhando o carácter utilitário, da vivência da própria historicidade urbana, recusando encerrá-la numa espécie de museu da cidade.

A problemática dos **espaços públicos** tem sido desenvolvida de um ponto de vista urbanístico, a partir da análise das morfologias sociais e urbanas. Na abordagem urbanística, estamos perante uma componente urbanística integradora do projecto em causa, mas com a função de explicitar um lugar público, de manifestação social e de afirmação política das novas classes burguesas. A abordagem socio-urbanística integra no espaço público a noção de “não-lugares”⁴, pondo em causa a mera distinção entre público e privado, insinuando-se, com ambiguidade funcional e complexidade morfológica, no

⁴ A tecnologia, as infra-estruturas e a função comercial determinam o contacto com lugares que supõem uma temporalidade que não é a própria do território sobre o qual se encontra localizado. São lugares de uma temporalidade e espacialidade difusas e desconectadas.

próprio tecido urbano. Actualmente, existem dois tipos de lógicas que têm povoado os processos de mudança urbana: os espaços vazios da cidade, resultantes de perda das funções anteriores nomeadamente em contextos de desactivação industrial ou de reestruturação produtiva, tem sido sistematicamente orientados para dois objectivos: operação imobiliária, dita de requalificação urbana, de acentuada rentabilização fundiária e económica; acoplada ou não, aquela ocasião de fazer cidade, que inscreve quase sempre nos projectos, desenhos de múltiplos e apelativos espaços públicos que se insinuam na malha urbana.

Um aspecto a relevar nos espaços públicos é o comunicativo. A cidade não produz inovação com a simples presença concentrada de indivíduos se entre eles não existir comunicação, e, em particular, a directa, que se verifica por meio do contacto cara a cara. O espaço público assume-se como um recurso da cidade, em que o contacto comunicativo se regista não só de modo cómodo mas também colocando os interlocutores numa situação de paridade⁵. Uma rua, uma praça, um parque comunal é de todos e de ninguém em particular. Estabelecer um contacto aí não significa certamente ver anuladas as desigualdades sociais, mas, pelo menos, encontrar-se num terreno neutro, que não predetermina o êxito do confronto. No espaço público torna-se possível um encontro inesperado, porque é acessível a qualquer pessoa.

O espaço público está, ainda, conotado com o periurbano, espaço de potencialidade urbana que se descarga numa série de formas territoriais, aeroportos, bairros residenciais, equipamentos de tempos livres e etc. Esta nova morfologia social, tem a ver com a criação de implantações difusas, nas quais as estratégias de organização da vida quotidiana se combinam com as exigências de mobilidade e com os estilos de vida doméstica.

Com efeito a qualidade pública dos espaços públicos, é fundamentalmente de natureza colectiva, na medida em que, ela aparece conotada com a respectiva morfologia urbana, social por condição e por destino, sendo entendido como categoria excelente do social. Assim, o património urbano e a dimensão histórica e cultural são integradores da identidade social e espacial das cidades.

Contudo, o próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se, e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado da inovação cultural e da elaboração simbólica. De facto, muitos observam que nas grandes cidades, estendidas por amplos territórios, cujas actividades só são fruíveis graças ao uso de automóvel ou de meios de transporte públicos, as ruas e praças configuram-se sempre como canais de comunicação e não como espaços em que é possível encontrar outros. Além disso, os espaços públicos demasiado abertos provocam uma sensação de insegurança, porque são pouco controlados e controláveis, o que leva algumas categorias de cidadãos a exigir uma limitação do espaço público e que encontra administradores propensos a apoiar esses pedidos. De resto, à medida que as cidades crescem para a periferia, faz com que os espaços públicos percam significado enquanto símbolos da cidade. O espaço público está, cada vez mais, a assumir um papel meramente funcional, existindo lugares onde isso deve ser combatido, como são o caso dos centros históricos. Alterar a tipologia, ou mesmo a calçada e a proximidade acolhedora dos edifícios, dos espaços públicos dos centros históricos é criar confusão simbólica e não-lugares, aproximando as ruas do centro histórico

⁵ Naturalmente, pode haver uma comunicação directa num espaço privado, mas este será sempre um território apropriado por um dos interlocutores (a sua habitação, os seus bens,...), onde ele/a jogará, por assim dizer, “em casa”, ao contrário dos outros.

às avenidas das grandes cidades que estão tão distantes da escala humana como as auto-estradas.



Praça da República, centro de Torres Vedras. As recentes alterações criaram uma mistura entre o nível do solo (o novo) e os edifícios envolventes (o antigo), criando uma percepção do espaço difusa e incharacterística.

O Centro Histórico enquanto lugar demarcado

Um dos aspectos percepcionáveis num Centro Histórico é a antiguidade. Se há uma imagem comum que resulta da análise das monografias históricas é o peso que a antiguidade assume enquanto característica identitária das cidades. Existente, não só, no património construído, reside incorporada nas Instituições, actividades económicas e nas práticas quotidianas e tradições da população local. A antiguidade é um elemento que continua a ser posto em evidência nos panfletos e guias turísticos dos nossos dias.

Esta saliência conferida à **antiguidade**, deve, acima de tudo, ser encarada como estratégia de afirmação de uma identidade sólida e estável que é legitimada pela história, caucionada por símbolos, e que é capaz de resistir á erosão do tempo e de converter o passado em elemento renovador. Nesta perspectiva a antiguidade e os seus símbolos tornam-se recursos de estratégias que procuram converter a marca de tradição em capital de inovação. Embora sendo um elemento comum, a antiguidade apresenta-se como factor de diferenciação que permite referendar, nas raízes históricas, determinadas características que conferem à antiguidade um carácter distinto e único, numa lógica de naturalização da identidade local.

Na verdade, a cidade de **Torres Vedras** não é apenas antiga. Ela é também o resultado de uma vontade que pretende revelar que, mais do que passado, esta cidade tem também um futuro ou um destino que é a razão da sua existência, conferindo um valor

extremamente positivo a essa identidade. Para além do papel que a mobilização do passado desempenha no processo de formação e promoção de uma memória colectiva, a espessura histórica que enforma e densifica a identidade da cidade reveste-se de um valor estratégico acrescido. Assim, a identidade, ao ajudar-nos a ordenar e a dar sentido ao que nos rodeia, por via das referências identitárias que oferece, não se limita a fomentar a integração e a orientação social dos sujeitos e dos grupos. Adquire um valor estratégico fundamental, no sentido que fornece recursos sociais, materiais e simbólicos que alimentam a indústria do turismo, da cultura, entre outras.

O **Centro Histórico** pertence ao espaço da cidade urbanizada, tomando, nele, uma significação particular. Conserva um modo não urbanizado de apropriação do espaço e inscreve-se numa continuidade com o passado. Oferecendo um cruzamento de população de classes e meios sociais diferentes, predominando a cultura popular, isto é, vestígios de um modo de vida anterior, não marcado pelos efeitos da urbanização e pouco sensível a ela.

A vida, no **Centro Histórico de Torres Vedras**, está carregada de memória colectiva, ritmada por festas que contribuem para reafirmar subidentidades no interior de uma identidade partilhada. A solidariedade de vizinhança funciona frequentemente, as portas entreabertas testemunham confiança recíproca e a entreajuda nem é preciso pedir. O inter-conhecimento é profundo e o controlo social actua amplamente, de modo que o estranho/estrangeiro é imediatamente detectado e causa curiosidade. A população vive perto dos equipamentos mais desenvolvidos, contudo sem os utilizar para além do necessário, não se sentindo atraída por eles. São vistos como excluídos, não se sentindo como tal, mas vivendo noutra época, perpetuando um modo de vida anterior ao actualmente dominante.

O Centro Histórico é testemunho de tempos longínquos e de lutas operárias. Rico societalmente, a sua sobrevivência está ameaçada, porque os jovens tendem a o deixar, esquecendo-se, frequentemente, que são poucas as alternativas para um jovem criado num ambiente de inter-conhecimento, de confiança e de solidariedade.

A actual tendência cultural de defender, salvaguardar e reabilitar os centros urbanos antigos corresponde a uma mudança de atitude no plano do urbanismo. Do ponto de vista da história do património cultural, o nascimento dos “Centros Históricos”, enquanto objecto de estudo e valorização, aparece com a publicação da *Carta de Atenas* (1931). Impulsionada pela 2ª guerra mundial, esta problemática volta a ganhar relevo, tendo sido em 1964, com a *Carta de Veneza*, que o conceito de “conjuntos urbanos” ganha audiência. A publicação da *Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural* da UNESCO, em 1972, suscitou um movimento em prol da protecção dos centros urbanos antigos. A dinâmica teórica e prática ampliou, nos últimos tempos, a própria noção de “centro histórico”, com os objectivos de revitalização societal, qualificação da habitação e do espaço urbano, em termos de qualidade de vida dos cidadãos.

Em Portugal, “*a recuperação de áreas e centros históricos tem apenas vinte e cinco anos de experiências e práticas concretas*”⁶. Após os entraves político-administrativos da década de oitenta, na última década, assistiu-se a uma mudança substancial de atitudes. Voltou-se a reconhecer o lugar da escala humana no processo urbano, requerendo-se uma paragem na negação da cidade, devolvendo a urbe à população e os sinais de vida social que dela se afastaram, durante a gestação da sociedade de consumo.

⁶ Custódio, Jorge, “*Cidades de Hoje, centros históricos de amanhã*”, in Revista “Centros Históricos”, n.º 5, 2000; citado por Andrade Santos, Nuno Andrade Santos, *Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras*, CMTV-GET, Torres Vedras, 2004.

Hoje, o Centro Histórico é considerado um “*agrupamento homogéneo de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social e técnico, e suficientemente coerente para ser objecto de uma delimitação e que em geral coincide com o polo de origem do aglomerado.*”⁷.

Gabinetes Técnicos Locais (GTL), Divisões de Núcleos ou Centros Históricos e as Direcções Municipais de Reabilitação Urbana, podem seguir vários processos, que se constituem rumos, para reabilitar centros históricos, devendo, contudo, assumir o dever dos tempos. Isto é, caminhar no pressuposto da qualificação do ambiente do urbano, através de potenciar a vivência humana, as actividades económicas e a projecção das Instituições socioculturais.

A nobilitação - renovação de edifícios antigos para novos usos - faz parte, por vezes, de programas e planos de ordenamento. Frequentemente constitui-se como um processo de recuperação/renovação de edifícios em bairros degradados para serem utilizados por grupos com rendimentos mais elevados, ou para equipamentos dedicados a servi-los, como lojas e restaurantes. Pode existir o risco de resultar numa profunda divisão entre ricos e pobres, verificando-se que os projectos renovam o edificado mas não criam bairros integrados.

A festialização, usada nas políticas urbanas, parte da necessidade do grande acontecimento, como motor das transformações urbanas. Esta actuação exige a implementação de formas de marketing urbano dirigido, primeiro à criação de uma imagem de uma zona, como o centro histórico, e, segundo, a criação e construção de uma realidade urbana suficientemente tangível de a conservar. O percurso actual, será, primeiro criar a imagem e depois a forma. Um exemplo, é a perda progressiva de actividades produtivas nos centros urbanos, nos quais, as respostas da planificação, converteram-nos em espaços para usos terciários diversos, transformando-os estruturalmente em lugares de consumo e reprodução societal. Esta tematização da cidade é o reflexo da lógica simplista das políticas de ordenamento que utilizam o processo de festialização.

As actuais especializações intensivas de carácter turístico deixam antever vínculos às lógicas económicas do turismo global. Apesar da função residencial, o território histórico configura-se como visitado de forma intensiva e não vivido no quotidiano. Este itinerário comum define-se como urbanização. O centro histórico objecto de operações de reabilitação, especializado em usos terciários, é orientado em diversas variedades do consumo turístico tematizado. Resultará num território saboroso, porque de diversão, e brilhante, suave, no sentido em que não é toda a história urbana que está presente mas aquela que o turista esperava encontrar. Simultaneamente esta história permite uma leitura rápida e simples, previamente tipificada pelas imagens, construída através do processo de selecção da forma urbana. Este mecanismo tem sido a base das reabilitações em centros históricos, aparecendo, em diferentes cidades, uma clara continuidade de discursos, a mesma continuidade que caracteriza a simulação da cidade histórica que se pode encontrar em centros comerciais e parques temáticos.

Estes processos actualmente em uso na revitalização de centros históricos têm frequentemente resultado em carências sociais, inviabilizantes por essência e consequência. As dificuldades de criação de bairros integrados, socialmente viáveis, que conservem a tipicidade do local e da sua identidade singular, são produto da não utilização de recursos técnicos sociológicos. Só a implementação de instrumentos estruturantes socialmente

⁷ Martins Costa, Vasco, in *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, 1985; citado por Andrade Santos, Nuno Andrade Santos, *Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras*, CMTV-GET, Torres Vedras, 2004.

concorre, em simultâneo, para a promoção da qualidade do ambiente do urbano. Richard Sennett em “The Conscience of the Eye”, uma interpretação imaginativa da natureza da vida urbana considerada historicamente, afirmou que os urbanistas deveriam efectuar tentativas para preservar o que designa como a “*cidade humana*”, virando-as para o contacto com várias culturas e modos de vida. “*Deveríamos tentar criar ruas que não se limitassem a ser seguras mas que fossem “cheias de vida” pedonal. A zona comercial suburbana com os seus passeios e lojas uniformizadas está tão distante da “cidade humana” como a auto-estrada. Deveríamos inspirarmo-nos nas áreas antigas das cidades, que são à escala humana e misturam a diversidade com a elegância do seu desempenho.*”⁸

O regresso à cidade histórica coloca os “centros históricos” na ordem do dia do planeamento e reabilitação, como “motores das cidades” (Archival, Valência), como “recursos culturais” inadiáveis, numa perspectiva de sustentabilidade (Santiago de Compostela), como valores estéticos insubstituíveis (Bolonha, Veneza), ou, como lugares de inovação e restauro (Évora).

Os centros históricos posicionam-se para o século XXI como valores de transformação pela revitalização social, como autênticos motores de desenvolvimento integrado e participado, dando respostas efectivas ao cidadão, e reforçando a qualidade de vida.



Bairro Leonor, Centro Histórico de Torres Vedras. Um exemplo do espaço criado à escala humana, numa lógica de naturalização da identidade local. (foto: Eduardo Gageiro).

Cidadania urbana e cidadania da urbe

⁸ Sennett, Richard, *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*, Faber and Faber, Londres, 1993, p.197; citado por Andrade Santos, Nuno Andrade Santos, *Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras*, CMTV-GET, Torres Vedras, 2004.

A dinâmica social que, entre nós, se tem desenvolvido nas últimas décadas é a resultante de um longo período de “recolhimento social” e autoritarismo político. Deste modo, a dinâmica social e o poder político, parecem tender para uma acentuada bipolarização, social e política, no quadro de uma débil e pouco “vertebrada” estruturação da dita sociedade civil. Nas últimas duas décadas assistiu-se à urbanização crescente da sociedade portuguesa. Este modo de vida urbano, obriga que a cidadania política se deva assumir, cada vez mais, como cidadania urbana.

A Democracia fomenta a participação social. Actualmente, a participação social é um somatório de comportamentos individuais, cada um deles confrontados com o suposto objecto de participação e sem relacionamento social com os restantes. Mera figuração social, escamoteia a distinção cultural, é economicamente discriminante para uma significativa parte da população e resulta, muitas vezes, numa opacidade intelectual, como é exemplo a discussão de um PDM, que pressupõe o entendimento técnico de instrumentos que a maior parte dos participantes não possui.

O movimento social define-se enquanto conduta colectiva de mudança, mas de configuração sociológica e de impacte social muito diferenciados, seja ao nível de condutas meramente reivindicativas, seja em termos de protesto político-institucional, seja, enfim, enquanto movimento social propriamente dito, de transformação da própria realidade societal. Trata-se de uma “trilogia” de condutas colectivas da mudança social e política.

Assim, a participação social não constitui, nem uma etapa, nem uma componente dos movimentos sociais, jogando num terreno que é completamente exterior tanto ao movimento, como ao social.

Pode-se admitir que a sociedade portuguesa oscila, ainda, entre a apatia da dita participação social e a explosão do movimento social.

Cidadania é a qualidade de cidadão, habitante da cidade. É na cidade que se desenvolvem e exercem – ou não!- os direitos e os deveres de cidadania. Para Boaventura de Sousa Santos, a cidade acaba por ser lugar privilegiado de inclusão social, inclusão socialmente discriminada, politicamente controlada e ideologicamente condicionada. A cidade vai implodindo, potenciando os mecanismos formais e informais da economia e explorando os procedimentos institucionais e domésticos da sociedade - através dos quais a política (se) joga e a cidadania se “representa”- aqui, como num palco. A este nível de representação, confirma-se que os actores que têm a capacidade de agir e de actuar, são, os que podemos designar de actores sociais da acção política da cidade, apresentam-se como os actores centrais da mudança social. Qualquer estratégia dos actores tem de partir da discriminação de recursos económicos, sociais e políticos, que determina uma diferenciação do exercício pleno da cidadania.

Pode-se admitir a metáfora da cidade como um palco da sociedade, condensando e polarizando, através de um esquema de representações sociais e políticas, a estrutura social e o sistema político.

O direito à cidade é um direito à vida urbana, enquanto direito à qualidade de vida na cidade. A reclamação de uma melhor cidadania pode ser feita no quadro da reivindicação da urbanidade. O exercício da cidadania pressupõe direitos urbanos –direito à habitação, direito à mobilidade, direito aos espaços públicos, direito à governação urbana, etc.- que são, também deveres urbanos, no sentido do exercício pleno da **cidadania urbana**.

Bibliografia

- ANDRADE SANTOS, Nuno ANDRADE SANTOS, *Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras*, CMTV-GET, Torres Vedras, 2004.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998.
- BARRETO, António (Org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- BOURDIEU, Pierre, *As Estruturas Sociais da Economia*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- CARVALHO, Jorge, *Ordenar a Cidade*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- CASTELLS, Manuel, *The Power of Identity*, Oxford, Blackwell, 2001.
- CONSELHO DE MINISTROS DO AMBIENTE DA U.E., *Livro Verde do Ambiente Urbano*, 1991.
- LOGAN, John, MOLOCHT, Harvey, *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*, Berkeley, University of California Press, 1987.
- MELA, Alfredo, *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- PARDAL, Sidónio, *Ideologias e Interesses na Apropriação do Território*, in Conferência AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Vendas Novas, 7 e 8 de Abril de 2005.
- SASSEN, Saskia, *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press, 1991.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Dir.), *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2002.
- UNESCO, *Carta de Atenas*, 1931.
- UNESCO, *Carta de Veneza*, 1964.
- UNESCO, *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial*, 1972.